


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003197-04.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Carlos Alexandre Martins Doro**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**
**Processo nº 1003197-04.2017**
**Vistos**

**CARLOS ALEXANDRE MARTINS DORO** ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, ambas nos autos devidamente qualificadas.

O autor alega que na data de 09/04/2016 sofreu acidente de trânsito, e dele experimentou trauma craniano, fratura conservadora de pélvis esquerda ilíaco esquerdo cominutiva, fratura em várias partes da coluna e fratura de arcos costais. Por estar inválido requereu a procedência da ação buscando o pagamento de indenização no percentual de R\$ 13.500,00.

A inicial trouxe os documentos de fls. 06/39.

Devidamente citada a requerida apresentou contestação a fls. 46/62. Preliminarmente alegou falta de pressuposto processual, ausência de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

documento essencial para a propositura da ação; ausência de documento de comprovação de endereço. No mérito alegou ausência de qualquer invalidez do autor e que, assim, não faz jus o autor a qualquer indenização.

Sobreveio réplica às fls. 126/129.

Pelo despacho de fls. 130/131 foram equacionadas as preliminares arguidas na defesa e determinada a realização de prova pericial.

Laudo do expert foi encartado a fls. 150/152.

Manifestação das partes as fls. 159/161 e fls. 162/163.

Este, na síntese do que tenho como necessário, **É O**

**RELATÓRIO.**

**DECIDO.**

As preliminares foram equacionadas pelo despacho de fls. 130/131.

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 09/04/2016. Disso nos dão conta os documentos de fls. 15/21 (BO).

Via da presente busca o pagamento de Seguro DPVAT.

O artigo 3º, inciso "II" da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em "até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**" (*in verbis*).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Tem ela **aplicação *in casu***, uma vez que o acidente se deu conforme já dito, em 09/04/2016, ou seja, durante a sua vigência.

No entanto, o parecer médico de fls. 150/152 concluiu que do acidente não resultou para o autor qualquer invalidez passível de indenização pela tabela da SUSEP.

Assim, a Seguradora nada deve a título de seguro DPVAT.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

\*\*\*

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial e condeno o autor no pagamento das custas e despesas do processo, além de honorários advocatícios que fixo 10% sobre o valor dado à causa. Deverá ser observado o disposto no parágrafo 3º, do art. 98, do CPC.

Oportunamente, averbe-se a extinção e arquivem-se de modo imediato.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 05 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**